

JORNADA DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

COMPILAÇÃO DOS ENUNCIADOS APROVADOS DESDE A 1ª JORNADA

Os Enunciados aprovados na 1ª e 2ª Jornadas de Direito Material e Processual do Trabalho do TRT da 7ª Região encontram-se abaixo transcritos. A numeração corresponde à ordem sequencial, acompanhada do ano de aprovação, em conformidade com o disposto no art. 14, do Regulamento (Portaria ERMAT nº 03/2015).

ENUNCIADO Nº 001/2015

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR.

Não há interesse processual para o ajuizamento de ação de consignação em pagamento quando inexistente obrigação de pagar ou entregar coisa.

ENUNCIADO Nº 002/2015

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. NÃO REALIZAÇÃO DO DEPÓSITO.

O consignante deve ser notificado para efetuar o depósito do valor que entende devido, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

ENUNCIADO Nº 003/2015

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO E RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CONEXÃO.

Há conexão entre ação de consignação em pagamento e reclamação trabalhista quando verificada a identidade de contrato de trabalho, devendo as ações ser reunidas para que sejam decididas simultaneamente.

ENUNCIADO Nº 004/2015

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. NATUREZA DÚPLICE.

Não há necessidade de ajuizamento de ação reconvenicional em ação de consignação em pagamento, face à natureza dúplice desta.

ENUNCIADO Nº 005/2015

AÇÃO DECLARATÓRIA DE EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. INTERESSE DE AGIR.

O empregador não dispõe de interesse de agir para o ajuizamento de ação declaratória de extinção do contrato de trabalho.

ENUNCIADO Nº 006/2015

LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO. LIMITAÇÃO PELO JUIZ. NATUREZA DA CONTROVÉRSIA.

O litisconsórcio ativo facultativo é incabível quando não há uniformidade quanto à matéria de fato.

ENUNCIADO Nº 007/2015

LITISCONSÓRCIO PASSIVO. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR.

No caso de litisconsórcio passivo, não havendo causa de pedir, o juiz concederá prazo ao autor para emendar a petição inicial.

ENUNCIADO Nº 008/2015

GRUPO ECONÔMICO. INCLUSÃO DE EMPRESA INTEGRANTE DO GRUPO ECONÔMICO COMO LITISCONSORTE PASSIVO. FASE DE CONHECIMENTO.

É dispensável a inclusão de empresa integrante do grupo econômico do empregador como litisconsorte passivo na fase de conhecimento, para fins de responsabilidade solidária.

ENUNCIADO Nº 009/2015

INCLUSÃO DE TERCEIRO NO POLO PASSIVO. REQUERIMENTO FORMULADO EXCLUSIVAMENTE NA DEFESA. SITUAÇÃO QUE NÃO SE AMOLDA ÀS HIPÓTESES DE INTERVENÇÃO DE TERCEIRO.

Não cabe a ampliação do polo passivo a requerimento do reclamado, salvo nos casos de litisconsórcio necessário.

ENUNCIADO Nº 010/2015

AÇÃO COLETIVA x AÇÃO INDIVIDUAL. LITISPENDÊNCIA. INEXISTÊNCIA.

As ações coletivas não induzem litispendência para as ações individuais.

ENUNCIADO Nº 011/2015

SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL. DIREITO INDIVIDUAL HETEROGÊNEO. INADMISSIBILIDADE.

O sindicato não dispõe de legitimidade para, na condição de substituto processual, postular direito individual heterogêneo de membros da categoria.

ENUNCIADO Nº 012/2015

SINDICATO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. ROL DE SUBSTITUÍDOS.

É dispensável a apresentação do rol de substituídos quando o sindicato atua na condição de substituto processual.

ENUNCIADO Nº 013/2015

RITO SUMARÍSSIMO. ADIAMENTO DA AUDIÊNCIA. NÃO CONVERSÃO PARA RITO ORDINÁRIO.

O simples adiamento da audiência não autoriza a conversão do rito sumaríssimo para o rito ordinário.

ENUNCIADO Nº 014/2015

PETIÇÃO INICIAL. INÉPCIA. CONCESSÃO DE PRAZO PARA EMENDA.

Em caso de inépcia da petição inicial, o juiz deve conceder prazo à parte para sanar a irregularidade, independente do rito processual.

ENUNCIADO Nº 015/2015

NORMA COLETIVA. AUSÊNCIA DE JUNTADA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

A ausência da juntada de norma coletiva invocada como fundamento do direito resulta na improcedência do pedido.

ENUNCIADO Nº 016/2015

PETIÇÃO INICIAL. REFLEXOS SOBRE OUTRAS VERBAS. FALTA DE DISCRIMINAÇÃO.

O pedido de reflexos exige a discriminação das verbas, sob pena de inépcia.

ENUNCIADO Nº 017/2015

MULTA DO ART. 467 DA CLT. ESPECIFICAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. DESNECESSIDADE.

É desnecessária a discriminação das verbas rescisórias no pedido de multa do art. 467 da CLT.

ENUNCIADO Nº 018/2015

SERVIDOR PÚBLICO. LEI INSTITUIDORA DO REGIME JURÍDICO ESTATUTÁRIO PUBLICADA MEDIANTE AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DA CÂMARA MUNICIPAL. JUSTIÇA DO TRABALHO. INCOMPETÊNCIA.

É válida a publicação de lei municipal instituidora de regime jurídico de natureza estatutária quando publicada mediante afixação no átrio da Câmara Municipal, resultando na incompetência absoluta da Justiça do Trabalho.

ENUNCIADO Nº 019/2015

LITÍGIO ENVOLVENDO REPRESENTAÇÃO DE SINDICATO DE CATEGORIA DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS. JUSTIÇA DO TRABALHO. INCOMPETÊNCIA.

A Justiça do Trabalho não possui competência material para processar e julgar litígios envolvendo representação de sindicato de categoria de servidores públicos estatutários.

ENUNCIADO Nº 020/2015

LOCAL DA ARREGIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR DIVERSO DO LOCAL DA CONTRATAÇÃO FORMAL E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. EMPREGADO ECONOMICAMENTE HIPOSSUFICIENTE. COMPETÊNCIA TERRITORIAL EM FAVOR DO LOCAL MAIS BENÉFICO AO EMPREGADO.

A competência territorial será fixada em conformidade com o local mais benéfico ao empregado, quando a arregimentação ocorrer em local diverso daquele da contratação formal e da prestação dos serviços, desde que caracterizada a hipossuficiência econômica do empregado.

ENUNCIADO Nº 021/2015

AÇÃO MOVIDA CONTRA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. NECESSÁRIA INCLUSÃO EM PAUTA.

As ações movidas contra pessoa jurídica de direito público devem ser necessariamente incluídas em pauta, inclusive aquelas cujo litígio envolve exclusivamente matéria de direito.

ENUNCIADO Nº 022/2015

NOTIFICAÇÃO INEXITOSA DA PESSOA JURÍDICA. NOTIFICAÇÃO NA PESSOA DOS SÓCIOS ANTES DA NOTIFICAÇÃO POR EDITAL. DESNECESSIDADE.

É desnecessária a notificação da empresa na pessoa dos sócios, antes da notificação por edital,

quando inexitosa a notificação direta da pessoa jurídica.

ENUNCIADO Nº 023/2015

LITISCONSÓRCIO PASSIVO. PESSOA JURÍDICA E SÓCIOS. FASE DE CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

Na fase de conhecimento não se incluirão os sócios da empresa na condição de litisconsortes passivos, exceto no caso de sócio de fato.

ENUNCIADO Nº 024/2015

TESTEMUNHA. QUALIFICAÇÃO. NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE OU EQUIVALENTE. INADMISSIBILIDADE.

A qualificação da testemunha depende da apresentação de documento de identidade ou equivalente.

ENUNCIADO Nº 025/2015

PROVA PERICIAL. EXISTÊNCIA DE MATÉRIA PREJUDICIAL EM RELAÇÃO AO OBJETO DA PERÍCIA. MOMENTO DA PRODUÇÃO.

A prova pericial será produzida antes da coleta da prova oral, ainda que existente matéria prejudicial em relação ao objeto da perícia.

ENUNCIADO Nº 026/2015

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PEDIDO DE REEXAME DA PROVA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CONFIGURAÇÃO.

Configura litigância de má-fé a interposição de embargos de declaração visando o reexame de provas.

ENUNCIADO Nº 027/2015

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SENTENÇA. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CONFIGURAÇÃO.

Configura litigância de má-fé a interposição de embargos de declaração contra sentença visando o prequestionamento de matéria.

ENUNCIADO Nº 028/2015

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS. COMINAÇÃO APLICÁVEL.

É aplicável a cominação prevista no art. 18, do CPC, no caso de interposição de embargos de declaração meramente protetatórios.

ENUNCIADO Nº 029/2015

FGTS. ALVARÁ EM NOME DO ADVOGADO. ILEGALIDADE.

É permitida a expedição de alvará para saque do FGTS em nome do advogado.

ENUNCIADO Nº 030/2015

PRESCRIÇÃO DE OFÍCIO. DIREITO DO TRABALHO. ADMISSIBILIDADE.

É aplicável a prescrição de ofício com relação a créditos trabalhistas.

ENUNCIADO Nº 031/2015

MERO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS TRABALHISTAS. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INCABÍVEL.

É incabível indenização por danos morais em decorrência do mero descumprimento de obrigações contratuais trabalhistas.

ENUNCIADO Nº 032/2015

DESPESAS COM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RESSARCIMENTO.

No processo do trabalho, é incabível a condenação no pagamento de indenização por despesas com honorários advocatícios.

ENUNCIADO Nº 033/2015

MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT, ATRASO APENAS NA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO. INAPLICABILIDADE.

Não é aplicável a multa do art. 477, § 8º, da CLT, quando há atraso apenas na homologação da rescisão, com pagamento tempestivo das verbas rescisórias.

ENUNCIADO Nº 034/2015

MULTA DO ART. 467, DA CLT. CONDENAÇÃO DE OFÍCIO. INAPLICABILIDADE

Não é aplicável de ofício a multa do art. 467, da CLT.

ENUNCIADO Nº 035/2015

INDENIZAÇÃO PREVISTA NO ART. 940, DO CÓDIGO CIVIL. INAPLICABILIDADE NO PROCESSO DO TRABALHO.

Não é aplicável na seara trabalhista a indenização do art. 940, do Código Civil.

ENUNCIADO Nº 036/2015

DISPENSA POR JUSTA CAUSA. FÉRIAS PROPORCIONAIS. INDEVIDAS.

São indevidas as férias proporcionais nos casos de dispensa por justa causa.

ENUNCIADO Nº 037/2015

DOENÇA OCUPACIONAL. NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.

Nos casos em que a doença adquirida pelo empregado constar no nexo técnico epidemiológico relativo à atividade desenvolvida pelo empregador, será deste o ônus de provar a ausência de nexo de causalidade entre a doença e as condições de trabalho.

ENUNCIADO Nº 038/2015

CONTROLE PELO EMPREGADOR DO E-MAIL CORPORATIVO DO EMPREGADO. CIÊNCIA AO EMPREGADO. NECESSIDADE.

É lícito o controle pelo empregador do e-mail corporativo do empregado, desde que seja dada ciência ao empregado.

ENUNCIADO Nº 039/2015

INTERVALO DO ART. 384, DA CLT. RECEPÇÃO PELA CF/88.

O art. 384, da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.

ENUNCIADO Nº 040/2015

AUSÊNCIA DE DEPÓSITOS DO FGTS. RESCISÃO INDIRETA. POSSIBILIDADE.

Configura a rescisão indireta do contrato de trabalho a ausência de depósitos do FGTS, dependendo do período de não recolhimento.

ENUNCIADO Nº 041/2015

GESTANTE. RECUSA IMOTIVADA DE RETORNO AO EMPREGO PROPOSTA EM AUDIÊNCIA PELO EMPREGADOR. LIMITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO AO PERÍODO QUE ANTECEDEU A AUDIÊNCIA.

A recusa imotivada da empregada gestante de retorno ao emprego proposta em audiência pelo empregador autoriza a limitação da indenização ao período que antecedeu a audiência.

ENUNCIADO Nº 042/2017

NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL. ART. 190 DO CPC/2015. PROCESSO TRABALHISTA. INAPLICABILIDADE.

A negociação processual prevista no art. 190 do CPC/2015 é inaplicável ao processo trabalhista.

ENUNCIADO Nº 043/2017

POSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO DE DIREITOS E ACESSO A SERVIÇOS. ART. 139, IV, DO CPC/2015.

Nos termos do art. 139, IV, do CPC/2015, é possível ao juiz do trabalho determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, incluindo a restrição de direitos e/ou de acesso a determinados serviços.

ENUNCIADO Nº 044/2017

ART. 139, IV, DO CPC/2015. ALCANCE.

As medidas previstas no art. 139, IV, do CPC/2015, se aplicam às partes e também a terceiros.

ENUNCIADO Nº 045/2017

MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. APLICAÇÃO AO ADVOGADO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ART. 81, § 1º, DO CPC/2015.

O advogado pode ser responsabilizado solidariamente pelo pagamento de multa decorrente de dano processual (má-fé).

ENUNCIADO Nº 046/2017

CONTAGEM DE PRAZO. PROCESSO TRABALHISTA. DIAS CORRIDOS.

Por haver norma própria na CLT (art. 775), os prazos processuais trabalhistas são contados em dias corridos e não apenas dias úteis.

ENUNCIADO Nº 047/2017

RECONVENÇÃO. PROCESSO DO TRABALHO. AMPLIAÇÃO SUBJETIVA DA LIDE.

Aplica-se ao processo do trabalho o disposto no art. 343, §§ 3º e 4º, do CPC/2015, que possibilita a ampliação subjetiva da lide, desde que respeitada a competência material da Justiça do Trabalho.

ENUNCIADO Nº 048/2017

FAZENDA PÚBLICA. PRAZO.

Não se aplica ao processo do trabalho a contagem em dobro de todos os prazos para as manifestações da Fazenda Pública, prevista no art. 183 do CPC/2015, porque a matéria está disciplinada no art. 1º, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 779/69.

ENUNCIADO Nº 049/2017

INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LUGAR. PRELIMINAR x EXCEÇÃO.

A incompetência em razão do lugar deve ser arguida como preliminar de contestação, admitindo-se a fungibilidade, caso apresentada através de exceção.

ENUNCIADO Nº 050/2017

INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LUGAR. ARGUIÇÃO E EXAME ANTES DA AUDIÊNCIA.

A preliminar de incompetência em razão do lugar poderá ser arguida pela parte reclamada de forma antecipada, com a devida justificativa e requerimento de suspensão da realização da audiência (art. 340, § 4º, do CPC/2015), quando o réu for domiciliado fora da jurisdição em que foi ajuizada a ação.

ENUNCIADO Nº 051/2017

VALOR DA CAUSA. CORREÇÃO DE OFÍCIO. ART. 292, § 3º, DO CPC/2015. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA AO PROCESSO TRABALHISTA.

O juiz pode corrigir de ofício o valor atribuído à causa para adequá-lo ao proveito econômico perseguido pelo autor, implicando, inclusive, eventual alteração do rito processual.

ENUNCIADO Nº 052/2017

RITO SUMARÍSSIMO. PETIÇÃO INICIAL ILÍQUIDA. IMPOSSIBILIDADE DE EMENDA.

Não cabe emenda à petição inicial, para fins de indicação dos valores correspondentes aos pedidos, nos processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo, por força do disposto no art. 852-B, § 1º, da CLT.

ENUNCIADO Nº 053/2017

GRATUIDADE DA JUSTIÇA. ART. 99, § 3º, DO CPC/2015. PESSOA JURÍDICA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO.

A concessão dos benefícios da gratuidade da justiça para pessoa jurídica exige a comprovação da insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios.

ENUNCIADO Nº 054/2017

GRATUIDADE DA JUSTIÇA. DEPÓSITOS RECURSAIS. PROCESSO TRABALHISTA.

No processo trabalhista, a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, prevista no art. 98, § 1º, VIII, do CPC/2015, não exonera o beneficiário da obrigação de recolher o depósito recursal.

ENUNCIADO Nº 055/2017

GRATUIDADE DA JUSTIÇA. MULTAS PROCESSUAIS. ART. 98, § 4º, DO CPC/2015. APLICABILIDADE.

A concessão dos benefícios da gratuidade da justiça não exonera o necessitado da responsabilidade pelas multas processuais aplicadas em razão de sua conduta nos autos.

ENUNCIADO Nº 056/2017

TUTELA DE URGÊNCIA. PERIGO DE IRREVERSIBILIDADE. ART. 769 DA CLT E ART. 300 DO CPC/2015. A natureza e a relevância do direito em discussão na causa podem afastar o requisito da inexistência de perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, quando da concessão de tutelas de urgência.

ENUNCIADO Nº 057/2017

TUTELA DE URGÊNCIA. CAUÇÃO. PROCESSO DO TRABALHO. APLICABILIDADE. Aplica-se ao processo do trabalho a exigência de caução prevista no art. 300, § 1º, do CPC/2015.

ENUNCIADO Nº 058/2017

MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO CONTRA DECISÃO QUE DEFERE TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE. PRAZO DE ESTABILIZAÇÃO.

No caso de deferimento de tutela antecipada requerida em caráter antecedente, deverá ser impetrado mandado de segurança, operando-se a estabilização da tutela (art. 304, CPC/2015) após o decurso do prazo decadencial de 120 dias.

ENUNCIADO Nº 059/2017

ÔNUS DA PROVA. DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA. ATUAÇÃO DO JUIZ.

O juiz deve determinar a inversão do ônus da prova na audiência e conceder oportunidade para a parte se desincumbir desse ônus, devendo, em tese, suspender a sessão e designar nova data para prosseguimento, sob pena de ofensa ao princípio da ampla defesa. (art. 373, § 1º, do CPC/2015).

ENUNCIADO Nº 060/2017

ÔNUS DA PROVA. DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PRÉVIA EM HIPÓTESE DE ENTENDIMENTO DE SÚMULA OU ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO TST.

Em hipóteses em que o entendimento acerca da distribuição do ônus probatório esteja sumulado, não há necessidade de intimação prévia da parte para que incida a consequência em caso de inércia.

ENUNCIADO Nº 061/2017

PROVA TESTEMUNHAL. VIDEOCONFERÊNCIA. ART. 453, § 1º E 2º, DO CPC/2015. APLICABILIDADE.

É possível a oitiva de testemunha por meio de videoconferência, desde que haja recurso tecnológico adequado e simples comunicação entre juízos, o que torna desnecessária a expedição de carta precatória.

ENUNCIADO Nº 062/2017

APLICAÇÃO DO ART. 377 DO CPC/2015. EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA INQUIRITÓRIA.

A expedição de carta precatória para oitiva de testemunha suspende tão somente o processo para fins de prolação de sentença e não para a produção de outras provas no juízo deprecante.

ENUNCIADO Nº 063/2017

APLICAÇÃO DO ART. 443, I, DO CPC/2015. PROVA TESTEMUNHAL.

Não viola o princípio da ampla defesa o indeferimento de produção de prova testemunhal quando o fato for confessado pela parte.

ENUNCIADO Nº 064/2017

PROVA EMPRESTADA. ART. 372 DO CPC/2015. PROCESSO DO TRABALHO.

Admite-se no processo do trabalho a prova emprestada, independentemente de anuência das partes, desde que observado o contraditório.

ENUNCIADO Nº 065/2017

PROVA PERICIAL. ART. 472 DO CPC/2015. APLICAÇÃO AO PROCESSO DO TRABALHO.

O juiz poderá dispensar a produção de prova pericial quando as partes apresentarem pareceres técnicos ou documentos elucidativos sobre as questões de fato.

ENUNCIADO Nº 066/2017

SENTENÇA TRABALHISTA. FUNDAMENTAÇÃO. DESNECESSIDADE DE ANALISAR ARGUMENTOS PREJUDICADOS.

O juiz do trabalho, na sentença trabalhista, não está obrigado a analisar todos os argumentos de pretensão ou de defesa, quando prejudicados pela apreciação de argumentos anteriores.

ENUNCIADO Nº 067/2017

ACORDO JUDICIAL. ENVOLVIMENTO DE TERCEIROS E AMPLITUDE DO OBJETO. ART. 515, II, § 2º, DO CPC/2015.

O acordo judicial trabalhista pode envolver sujeito estranho ao processo e objeto mais amplo, sendo-lhe aplicável o disposto no art. 515, § 2º, do CPC/2015.

ENUNCIADO Nº 068/2017

EFEITOS DA COISA JULGADA. QUESTÃO PREJUDICIAL INCIDENTAL. ART. 503, § 1º, DO CPC/2015.

A questão prejudicial decidida expressa e incidentalmente faz coisa julgada, desde que observados os requisitos cumulativos previstos no art. 503, § 1º, incisos I a III, do CPC/2015.

ENUNCIADO Nº 069/2017

EXTINÇÃO DO PROCESSO. CAUSA MADURA. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 1.013, § 3º, DO CPC/2015.

Aplica-se ao recurso ordinário trabalhista o disposto no art. 1.013 do CPC/2015, devendo o Tribunal analisar o mérito da demanda cujo exame não fora procedido no juízo de 1º Grau por fundamento impeditivo adotado na sentença anulada ou reformada, desde que a causa esteja suficientemente madura para julgamento.

ENUNCIADO Nº 070/2017

PRODUÇÃO DE PROVAS EM GRAU RECURSAL. POSSIBILIDADE.

Aplicam-se ao processo do trabalho o art. 932, I, e art. 938, §§ 1º a 4º, todos do CPC/2015, podendo o relator ou o órgão julgador converter o julgamento do recurso em diligência quando houver necessidade de produção de prova.

ENUNCIADO Nº 071/2017

INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. EXECUÇÃO DE OFÍCIO PELO JUIZ. APLICAÇÃO.

O incidente de desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicado de ofício pelo juiz na execução trabalhista.

ENUNCIADO Nº 072/2017

INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. PROCESSO DO TRABALHO. APLICAÇÃO DO ART. 134 DO CPC/2015. FASE DE CONHECIMENTO.

O sócio da pessoa jurídica demandada tem legitimidade para compor o polo passivo da lide em todas as fases do processo de conhecimento.

ENUNCIADO Nº 073/2017

INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. NOTIFICAÇÃO DO SÓCIO PARA, AO MESMO TEMPO, FALAR SOBRE O INCIDENTE E SOBRE A EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

No curso do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, não é possível notificar o sócio para, concomitantemente, responder o incidente e defender-se na execução, posto que o mesmo não pode ser considerado devedor antes de decidido o incidente.

ENUNCIADO Nº 074/2017

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EXECUÇÃO. BLOQUEIO CAUTELAR. DESNECESSIDADE DE CITAÇÃO DOS SÓCIOS.

Poderá o juiz, de ofício, determinar o bloqueio cautelar patrimonial de bens dos sócios antes da citação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, com amparo no art. 139, IV, do CPC/2015.

ENUNCIADO Nº 075/2017

PENHORA EM DINHEIRO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA.

Por força do disposto no art. 835, § 1º, do CPC/2015, a penhora em dinheiro é sempre prioritária, não estando ao alcance do juiz alterar esta ordem de prioridade para efetivar constrição sobre outro tipo de bem disponível no patrimônio do devedor, a simples pretexto de operar a execução pelo modo menos gravoso.

ENUNCIADO Nº 076/2017

LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO. LIMITAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO MULTITUDINÁRIO. POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA MEDIDA EM SEDE DE AÇÃO COLETIVA. ART. 113, § 1º, DO CPC/2015.

É possível fracionar o procedimento de liquidação e execução, em relação a cada beneficiário de ação coletiva, quando comprometer a rápida solução do litígio ou o cumprimento da sentença.

ENUNCIADO Nº 077/2017

PARCELAMENTO DO VALOR EM EXECUÇÃO. ART. 916 DO CPC/2015.

Aplica-se nas execuções trabalhistas o parcelamento previsto no art. 916 do CPC/2015, inclusive nas execuções fundadas em título judicial, desde que não haja outros meios mais eficazes para o

cumprimento do julgado.

ENUNCIADO Nº 078/2017

RELATIVIZAÇÃO DA IMPENHORABILIDADE DOS SALÁRIOS PARA PAGAMENTO DO CRÉDITO TRABALHISTA ALIMENTAR.

O art. 833, § 2º, do CPC/2015, autoriza a penhora sobre salários e caderneta de poupança para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, no que alcança o crédito trabalhista.

ENUNCIADO Nº 079/2017

PENHORA DE SALÁRIOS. LIMITE. ART. 833, § 2º, DO CPC/2015, C/C ART. 1º DA LEI Nº 13.172/2015.

Por aplicação analógica do art. 1º, da Lei 13.172/2015, é possível a penhora de até 35% (trinta e cinco por cento) dos salários do devedor em execução trabalhista.

ENUNCIADO Nº 080/2017

IMÓVEL. BEM DE FAMÍLIA. PROPRIETÁRIO NÃO RESIDENTE NO IMÓVEL.

O fato de o proprietário não residir no imóvel indicado como bem de família, por si só, não afasta a impenhorabilidade do bem.

ENUNCIADO Nº 081/2017

DEPOSITÁRIO INFIEL. RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL. ART. 161, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/2015.

O depositário infiel responde, por dolo ou culpa, pelos prejuízos causados, sujeitando-se, ainda, à responsabilidade penal (crime de desobediência e apropriação indébita previstos no art. 330 e art. 168, § 1º, I, do Código Penal) e à imposição de sanção por ato atentatório à dignidade da justiça.

ENUNCIADO Nº 082/2017

EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. INDICAÇÃO DO VALOR DEVIDO. ART. 525, §§ 4º E 5º, DO CPC/2015. APLICABILIDADE.

Cabe ao devedor declarar em sede em embargos à execução o valor que entende devido, caso alegue excesso de execução, sob pena de rejeição liminar da insurgência.

ENUNCIADO Nº 083/2017

ARREMATÇÃO DE BEM INDIVISÍVEL. GARANTIA AO COPROPRIETÁRIO. ART. 843, § 2º, DO CPC/2015. APLICAÇÃO AO PROCESSO DO TRABALHO.

O coproprietário terá direito ao importe equivalente à sua cota-parte, observando o valor da avaliação e não o da venda.
